



## **SER SURDO É SER DEFICIENTE OU DIFERENTE?**

### **Apontamentos de um surdo a luz dos conceitos de identidade e diferença**

Joani de Mélo Muniz<sup>1</sup>; Priscila Santos Canuto; Rayssa Maria Anselmo de Brito;  
Ricardo de Figueiredo Lucena

*Universidade Federal da Paraíba; joanidemelo@gmail.com; canutospriscila@gmail.com;  
rayssambrito@gmail.com; cacolucena@gmail.com.*

### **RESUMO**

O presente artigo traz uma comparação das concepções clínico-terapêutica e sócio-antropológica em torno da pessoa surda, sob a ótica das categorias identidade e diferença dos Estudos Culturais da Educação, tendo como base analítica as considerações de um surdo adulto, integrante da comunidade surda e também funcionário público efetivo da rede municipal de ensino de João Pessoa-PB, sobre o que ele entende por ser surdo. A pessoa surda aqui é compreendida através de dois sentidos principais: a clínico-terapêutica ou da deficiência (anormal) e a sócio-antropológica ou da diferença (normal). Os discursos homogeneizadores e normatizantes, assim como, os processos de produção social e de identidades e diferenças são postos em cena, dialogando diretamente com a fala do sujeito entrevistado e constituindo o chão da discussão. O caráter cultural, político, histórico e social se apresentam como elementos fundamentais para o entendimento no confronto das concepções abordadas. Envoltos à discussão identificamos o redimensionamento dos discursos em torno da pessoa surda, bem como a resistência do povo surdo na luta pela legitimidade dos seus modos de ser e estar no mundo. Concluimos evidenciando e justificando a concepção sócio-antropológica como superior do ponto de vista epistemológico, político e educacional, concordando com a ideia da diferença e da identidade que tira o surdo do lugar do anormal e da invisibilidade afirmando suas identidades.

**Palavras-chave:** Pessoa Surda; Deficiência; Identidade e Diferença.

---

<sup>1</sup> As Titulações dos Pesquisadores são respectivamente Mestre em Educação pelo PPGE-UFPB; Mestre em Educação pelo PPGE-UFPB; Mestranda em Educação pelo PPGE-UFPB; Professor Orientador e Doutor em Educação Física.



## 1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O debate sobre as concepções clínico-terapêutica e sócio-antropológica em torno da pessoa surda já é uma realidade dentro das discussões que abarcam os estudos surdos. A princípio, pensar a pessoa surda é pensar sobre deficiência, portanto consideramos importante discutirmos outras formas de concepção.

Dentro do cenário dos Estudos Culturais observamos que as categorias identidade e diferença nos ajudam a problematizar as concepções acima citadas. Sendo assim, o objetivo central deste trabalho é comparar, através do que pensa o próprio surdo sobre sua condição, as concepções clínico-terapêutica e sócio-antropológica – em torno do povo surdo – sob a ótica da identidade e diferença dos Estudos Culturais. A fim de atingir este objetivo realizamos um dialogo entre as falas do sujeito entrevistado e o referencial bibliográfico.

## 2-CAMINHOS PERCORRIDOS: UM OLHAR METODOLÓGICO

Nosso estudo se caracteriza como qualitativo, tendo sua estruturação na entrevista semi-padronizada, uma vez que é formada por:

[...] perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. (BONI e QUARESMA, 2005, p.75).

Em nossa entrevista constavam cinco perguntas, sendo elas: Quem é você? Como você acredita que as pessoas ouvintes enxergam as pessoas surdas? O que é ser uma pessoa surda? O que é comunidade surda? Existe alguma relevância em se identificar como um surdo usuário de língua de sinais?

Para tanto, utilizamos como método de tratamento dos dados a análise de conteúdo das respostas recebidas nas entrevistas semi-padronizadas, uma vez que segundo Bardin (2011) ela é caracterizada como:

[...] a unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema. (BARDIN, 2011, p.107).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

O sujeito de nossa pesquisa é um homem surdo, professor polivalente da rede de ensino do município de João Pessoa-PB, membro ativo da Associação de Surdos do Estado da Paraíba, professor de Libras da FUNAD-PB, formado em Pedagogia e Especialista em Língua Brasileira de Sinais. Atua ensinando Língua Brasileira de Sinais – Libras tanto para alunos do ensino fundamental, quanto para adultos em formação técnica em interpretação de Libras. Identificamos o sujeito desta pesquisa como X.

Este artigo está dividido em três seções. Inicialmente lançamos nosso olhar para a definição das concepções clínico-terapêutica e sócio-antropológica buscando apontar suas principais diferenciações na lógica das categorias identidade e diferença dos Estudos culturais da Educação. Em seguida, estabelecemos um diálogo entre o que é ser surdo e a definição de identidade e diferença. No último momento evidenciamos que a concepção sócio-antropológica da condição surda caracteriza-se como superior em seus aspectos epistemológicos, políticos e educacionais se confrontada com a concepção clínico-terapêutica, encerrando a conversa sem pretensões de finalizar a discussão.

### **3- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

#### **3.1 Definição das concepções clínico-terapêutica e sócio-antropológica**

Em meio aos discursos produzidos sobre a pessoa surda, notamos a existência de duas concepções já conhecidas da literatura dos Estudos Surdos que buscam definir a pessoa surda, referenciando a pessoa surda por meio do olhar patológico, a qual é entendida como concepção clínico-terapêutica, ou por meio da diferença, sendo esta a concepção sócio-antropológica.

A medicina – regada pelo pensamento iluminista - por muito tempo desempenhou e ainda desempenha forte influência na construção de padrões de normalidades que abarcam todas as dimensões da vida humana.

[...] medimos a inteligência, o colesterol, o peso, a altura, o desejo sexual, as dimensões do corpo através de uma linha conceitual que vai do subnormal ao acima da média [...]. Provavelmente, não há área da vida contemporânea em que alguma ideia de norma, média ou padrão tenha sido calculado. (DAVIS, 1995, p. 23)

É dentro da ideia de que todo o homem pode ser medido, padronizado ou normalizado, trazida pelo discurso médico, que nasce a concepção clínico-terapêutica em torno da pessoa



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

surda (Skliar, 1997), entendendo-o como um deficiente, alguém que se desvia daquilo que é considerado normal, que aqui se configura na pessoa ouvinte.

Ao questionarmos X sobre como ele acredita que pessoas ouvintes enxergam as pessoas surdas a sua resposta foi a seguinte:

Eu sei que nós surdos somos vistos quase sempre como ‘burros’, pessoas que não podem, não conseguem, é como se tivéssemos algum problema, surdo é doente, precisa de médico pra ficar bom [...] se a gente parar pra pensar vamos ver que desde pequeno, quando descobre que a criança é surda, já começa o preconceito, muda tudo, vem o isolamento, não tem conversa, aí tem a língua de sinais, que é um preconceito. Língua de sinais é entendida como macaquise, coisa de doído, então o surdo parece doído para os ouvintes [...] o ouvinte não entende que surdo tem tudo, todas as capacidades, mas isso é uma coisa da história, isso de pensar que surdo não pode. Para o ouvinte que não tem o entendimento de que o surdo pensa normalmente, só não fala através da voz é difícil perceber que nós somos inteligentes, estudamos, trabalhamos, sabemos conversar, temos todos os sentimentos que eles, mas o ouvinte parece ser superior, porque é maioria [...] tudo que é maioria ganha, claro! (X, entrevista concedida em 2015).

A fala de X destaca sua percepção quanto a concepção ouvintista com relação as pessoas surdas. X nos aponta que quando a pessoa surda é vista sob a ótica do modelo clínico-terapêutico, não ouvir interpela consequências no desenvolvimento psicossocial, responsável pelas dificuldades de adaptação social, o que leva à busca da cura, por meio de intervenções médicas a exemplo dos implantes cocleares, próteses auditivas e ainda a aprendizagem e correção da fala através de acompanhamento fonoaudiológico.

Nas discussões do modelo clínico-terapêutico o pressuposto principal a respeito da comunicação, é que ela se dá por meio da via oral, considerando apenas a fala oralizada como o canal comunicativo eficiente no estabelecimento das comunicações. Collin (2001), afirma que a criança surda encontra-se num estado de privação dos meios naturais de comunicação, não tendo acesso a elementos essenciais para sua socialização, levando-as ao desenvolvimento de uma vida marginalizada.

Nos estudos do modelo clínico o fato de não ouvir é utilizado como argumento para a comprovação de que o pensamento não se desenvolve sem a linguagem, e esta é entendida tão somente como a linguagem oral (Goés, 1999).

Omote (1996) revela a deficiência como um fenômeno socialmente construído com características biológicas, psicológicas e sociais complexas. Dessa forma as representações sociais e as construções culturais em torno das pessoas consideradas deficientes influenciam fortemente o tratamento que a sociedade dirige a elas, bem como o lugar que estas ocupam na estrutura social.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Como observamos na fala de X o modelo clínico-terapêutico ganha lugar de destaque no imaginário social, haja vista, que este se baseia em discursos (médicos) que são conceituados e disseminados como a única forma de conceber a pessoa surda. Em decorrência disto o surdo é tratado sob a ótica da normalidade ouvinte, que de acordo com Silva é entendido como:

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. [...] A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. (SILVA, 2000, p. 83)

O modelo cultural do povo surdo teve sua origem no campo das lutas civis na década de 1960. Perlin (2003) explica esse momento conhecido como “virada cultural”:

A virada cultural torna-se visível com as transformações, como a pedagogia dos surdos, o atual ensino da língua de sinais, a existência do professor de língua de sinais e do professor surdo, as pesquisas dos surdos, os pesquisadores surdos, o modo de vida das famílias dos surdos, o estilo de vida surda, o aumento de mulheres surdas que residem sozinhas. (PERLIN, 2003, p. 78)

A década de 60 foi um momento de transição no qual os surdos começaram a disputar lugar no cenário da significação social, isto numa tentativa de sair da invisibilidade e construir suas próprias histórias. Lopes (2004) fala da invenção cultural da condição surda:

O processo de normalização foi virado do avesso, ou melhor, teve uma virada epistemológica. Fala-se de surdos e se produzem surdos. O referencial de normalidade é dado sob outras orientações modernas que dizem da diferença cultural e do respeito com essa diferença [...] com o fortalecimento do discurso cultural e linguístico, aqueles discursos foram se reconfigurando. (LOPES, 2004, p. 50)

A virada cultural trouxe à tona novas formas de pensar, de ver e de ser surdo, a partir de então, abre margem para discussões sobre a condição surda que ultrapassam as definições das limitações patológicas, que entende a pessoa surda como um sujeito constituído de perdas, alguém que é diferente única e exclusivamente em consequência da falta de audição. O surdo agora ganha o sentido de diferente, não pela deficiência, mas porque se assume como constituído através de identidades singulares, que são fundamentadas através do uso da língua de sinais.

Comunidade surda não é tão simples de explicar, porque quando a gente fala de uma comunidade parece que estamos falando de um lugar e não é isso, a comunidade surda é todo o surdo ou militante da causa surda que juntos lutam para que possamos ter dignidade, possamos ter direitos e ser reconhecidos como capazes [...] não é todo surdo que faz parte da comunidade, pra fazer parte da comunidade é preciso se reconhecer e se aceitar como surdo, faz parte da comunidade quem não se nega e também não nega a língua de sinais [...] nossa comunidade se organiza na medida em que percebemos a necessidade de brigar por nossos direitos, de criar novos sinais, de comemorar nossas conquistas [...] nós não somos um grupo ou uma



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

associação [...] a associação de surdos faz parte das nossa lutas e conquistas, mas ela não é a comunidade surda, a comunidade é a força do surdo, é falar a mesma língua. (X, entrevista concedida em 2015)

Com a fala de X percebemos que em meio a essa luta e movimento de resistência social tem ocorrido – ainda sutilmente - uma ruptura epistemológica. Os próprios surdos e militantes da causa lançam mão do modelo clínico-terapêutico e adotam um modelo ou concepção que vai além das narrativas clínicas. É então assim que surge a concepção sócio-antropológica – uma concepção da modernidade - que tem como principal argumento o entendimento do ser surdo como uma cultura de diferença.

A diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante. (SKLIAR, 2005, p. 6).

Essa nova compreensão afirma várias outras possibilidades de entender a pessoa surda e o mais importante, dela existir. Neste sentido, a concepção sócio-antropológica revela uma série de expressões identitárias que em nada se aproximam das ideias de condições limitantes implicadas na concepção clínica-terapêutica e que ainda precisam de superação.

O modelo sócio-antropológico desfaz o determinismo biológico que coloca o sujeito surdo como “anormal” necessitado de reabilitação. Agora o surdo se enxerga e se faz enxergar em suas inúmeras possibilidades de vivenciar a condição surda através da construção de múltiplas identidades. Assim o contexto cultural e as relações de poder nas quais o surdo é emergido socialmente fundamentarão a formação e entendimento da pessoa surda e ainda a sua identidade.

A surdez [...] é mais do que um diagnóstico médico; é um fenômeno cultural, em que padrões sociais, emocionais, linguísticos e intelectuais, assim como seus problemas, estão inextricavelmente ligados. (SACKS, 1998, p.76)

Neste caso, ser surdo implica em reconhecer-se através de uma identidade que é comum às pessoas que fazem uso da língua de sinais para se comunicarem, não se reconhecendo como alguém que tem uma perda, mas como alguém que faz parte de uma minoria linguística e cultural, com normas, atitudes e valores distintos e uma constituição física também distinta. A distinção física aqui é pensada não no sentido de perda, mas numa perspectiva positiva, na qual os surdos, que são sinalizadores fluentes, desenvolvem todas as capacidades de se relacionarem visualmente com o mundo utilizando sua língua naturalmente biológica, a Língua de Sinais.

[...] eu entendo que é importante que o surdo use a língua de sinais, é a nossa língua, se por um lado não conseguimos usar a nossa voz, por outro, falamos tudo com as mãos, e é importante o surdo aprender [...] pra mim a Libras é o que mostra que



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

somos surdos, é surdo quem usa Libras, quem não usa, não sabe o que é, nega ser quem realmente é. Eu entendo que a língua de sinais é a nossa marca, todo mundo sabe que tem surdo no lugar se eles estão usando a Libras, se não usam não tem como saber, vão dizer logo que tem problema mental [risos], é a verdade. O surdo que sabe Libras sabe se comunicar sabe dizer qualquer coisa e ainda assim é difícil, porque os ouvintes não sabem Libras, são deficientes em língua de sinais [risos], pensa só o surdo que não sabe, esse tá pior, porque não fala, nem sinaliza, aí faz gestos, faz barulho, perde a paciência [...] antes de eu aprender a língua de sinais eu não sabia nem o que era ser surdo, tinha vergonha em dizer que não ouvia, parecia que faltava algo, mas agora não é assim, não falta nada, eu to aqui conversando com você normalmente. (X, entrevista concedida em 2015)

Com sua fala X nos mostra que a língua de sinais é um dos maiores, se não o maior construtor das identidades surdas e um significativo sinalizador de diferença das pessoas surdas.

Para os Estudos Culturais a construção da diferença é simbólica e social. O conceito de identidade parece-nos pertinente para que examinemos a maneira como a identidade se insere no “círculo da cultura” e ainda como se relacionam a identidade e a diferença com o discurso sobre as representações (WOODWARD, 2000, p. 16), que aqui se encaixa nas representações do ‘Ser Surdo’.

A diferença é marcada em relação à identidade por meio de parâmetros que classificam e fabricam sistemas simbólicos através de um processo de exclusão. Sendo assim, as diferenças e as identidades são construções históricas, sociais e culturais. As construções identitárias e das diferenças nos ajudam a compreender o nosso eu, a nossa subjetividade.

Nas produções sociais, a identidade tem caráter positivo, pois se refere a aquilo que eu sou, ou seja, determina características independentes, sendo assim, referencia-se em si própria, é contida e auto-suficiente. Neste mesmo enfoque a diferença é caracterizada a partir daquilo que o outro é, e, portanto, também é auto-referenciada (SILVA, 2000). A conceituação da identidade e da diferença só fazem sentido se entendidas numa relação de dependência entre ambas, portanto não podem ser separadas.

Silva (2000) chama a atenção para o fato de que tanto a identidade quanto a diferença são criações da linguagem, e por isso possuem características maleáveis e indeterminadas, sendo estas instáveis como a própria linguagem. Sendo assim, o autor coloca a identidade e a diferença como produtos de uma linguagem, que são polissêmicas.

Elas não só são definidas como também impostas, elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. A identidade e diferença estão, pois, em estreita conexão com a relação de poder: o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p.81).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Embora a identidade tenda a um processo de fixação que busca estabilizá-la, ela também é um processo de subversão, o que torna cada vez mais complicado entendê-la. Neste sentido é que percebemos a necessidade de representação tanto da identidade quanto da diferença, pois são nas representações que elas ganham sentido.

[...] é também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam ao sistema de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre a identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. (SILVA, 2000, p.91)

Segundo Woodward (2000), existem duas perspectivas de identidade, uma de caráter essencialista e outra de caráter não essencialista. A primeira entende a identidade como homogênea, algo que é partilhada de maneira igual por todas as pessoas que fazem parte de um grupo sem sofrer alterações de nenhuma ordem. Na segunda perspectiva a identidade é entendida como processo, portanto, sofre modificações de diversas ordens e estas são marcadas pela diferença.

### **3.2 Dialogando as categorias identidade e diferença dos Estudos Culturais com as concepções sobre o ser surdo**

Veiga-Neto (2011) diz que os surdos estão entre os variados grupos inventados pela modernidade, dessa forma são entendidos como um grupo de pessoas que estão em desarmonia com o que é considerado normal, necessitando de ajuste e inclusão. Nesta perspectiva, ao questionarmos X sobre o que é ser surdo ele nos fala que:

Ser surdo é ser diferente, é saber que não somos maioria e que boa parte das pessoas não vão se esforçar para que nós sejamos incluídos, pra que façamos parte da sociedade [...] as pessoas pensam que ser surdo é não ouvir, mas isso não é verdade, ser surdo é mais que não conseguir escutar, é aprender tudo com dificuldade, porque não se usa Libras [...] é difícil pra nós porque temos que lutar sempre, mas ao mesmo tempo nós mostramos que somos capazes de superar as dificuldades impostas, que vão desde ir ao supermercado e não conseguir falar com a atendente a até mesmo conseguir um emprego, entrar numa faculdade, casar [...] eu acho que cada dia mais o surdo têm alcançado seus objetivos. (X, entrevista concedida em 2015)

As narrativas em torno da pessoa surda abandonam o campo discursivo das deficiências e dos enunciados biomédicos, passando a ocupar um lugar privilegiado no campo dos estudos da cultura, das ciências sociais, da linguística, da educação e antropologia. Para além de narrativas clínicas e dos postulados médicos, falar e sinalizar sobre o povo surdo é



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

adentrar em questões de identidades, expressões culturais, diferenças, lutas por conquistas e efetivações de direitos.

Afirmar a(s) identidade(s) surda(s) implica uma série de pressupostos políticos, culturais e históricos, que possibilitam novas e possíveis formas de representações e significações nas categorias sociais.

A identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. (HALL, 2006, p. 13.)

O debate da diferença, no contexto da comunidade surda, não poderá dissociar-se do debate sobre a identidade, já que constituem “aspectos intrinsecamente relacionados na análise da experiência da surdez” (Sá, 2006, p. 124). Vejamos o que diz X sobre quem ele é, ou seja como se identifica:

Eu sou um homem surdo, que venceu muitos obstáculos na vida devido minha diferença, que é não ouvir. Consegui chegar na faculdade, me formei, passei em um concurso público, sei que muitos outros surdos não terão as mesmas oportunidades que eu [...] eu me aceito como surdo, é isso o que eu sou, e me orgulho, porque provo pra muita gente que somos capazes. Eu tenho sonhos, faço muita coisa, tenho habilidades e me orgulho em poder contribuir no fortalecimento da comunidade surda. (X, entrevista concedida em 2015)

Ao afirmar sua identidade surda, identificando-a sobre o pilar da diferença de não ouvir, X nos faz compreender que a afirmação da(s) identidade(s) surda(s) não decorre imediata e inexorável da condição biológica do não ouvir (da surdez inscrita no corpo). Entender a pessoa surda na perspectiva da concepção sócio-antropológica, e, portanto, da diferença cultural e identitária é se desfazer do determinismo biológico que configura o surdo como 'anormal'.

### **3.3 Evidenciando a superioridade da concepção sócio-antropológica da surdez – Algumas considerações sem pretensões de finalizar a discussão**

Partindo desta “reconfiguração” do discurso da deficiência em discurso da diferença que se tenciona constituir uma problematização entre o padrão de identidade normal ouvinte e o modelo de identidade ideal surda.

Nos caminhos das histórias de vida de surdos, representado aqui por X, percebemos que estes - quase sempre e ainda com pouquíssimas ressalvas – estão em condições de subordinação ao contexto ouvinte. A lógica da concepção clínico-terapêutica nega a



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

possibilidade da existência de uma identidade surda, haja vista que o surdo só “passa a existir” quando oraliza. Percebemos que a falta de contato com outros surdos e conseqüentemente com a língua de sinais torna o surdo um ser invisibilizado.

No convívio com os surdos e sua comunidade – grupo de cultura subalterna – nos deparamos com uma estrutura e organização dos modos de ‘Ser Surdo’ que contradiz a ótica da normatização. Nestes espaços, no qual a língua de sinais é o veículo principal nas relações, o processo de vivência e troca de experiências e/ou saberes acontecem sem prejuízos, percebemos vir à tona todas as implicações apontadas pela concepção sócio-antropológica, principalmente no que tange a construção cultural e identitária.

Pensar o surdo baseado no modelo sócio-antropológico é pensar na sua diferença cultural, sem intenções de juízos de valores nem tão pouco alicerçado sobre qualquer outro modelo cultural. A condição surda ganha um espaço que é só seu e que se compreende através dele mesmo, permitindo a construção de uma identidade que se distancia do conceito da deficiência, pois se dá no encontro com o outro que é semelhante.

De acordo com Perlin (2005) comunidade surda existe e resiste dentro do modelo sócio-antropológico que evidencia sua cultura, história, língua, arte, entre outros aspectos fundamentais, porém, não significa dizer que viver em comunidade surda é isolar-se de qualquer contato com a comunidade ouvinte. O surdo que vive em comunidade compartilha elementos comuns aos ouvintes, a exemplo da nacionalidade, governo, religião, etnia, raça.

Neste sentido consideramos a concepção sócio-antropológica da surdez como superior, em relação a clínico-terapêutica, haja vista que a primeira revela preocupação em entender o surdo dentro de suas especificidades, sem compará-los, inferiorizá-los, normatizá-los. Isso implica uma mudança quanto ao que hoje a sociedade – em grande parte – entende por ser surdo.

#### **4-CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entendemos que a concepção sócio-antropológica não busca dicotomizar, o que é considerado correto “normal” ou incorreto “anormal”. Esta concepção visa aproximar as culturas e considerá-las como cada uma é. Eis então uma tentativa de promover a inclusão sem desconsiderar o que é particular em cada pessoa, em cada grupo social, uma tentativa de valorização das identidades.

Pensar as concepções da surdez sob a ótica da diferença não é uma tarefa fácil, requer conhecimento da história, da cultura, da língua dos surdos, mas se



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

configura como uma discussão relevante para começarmos a vislumbrar novas formas de pensar o surdo, e acima disso de nos relacionarmos com ele.

Não sucumbir ao que tem sido imposto desde que se tem conhecimento da história dos surdos – resistir as tentativas de normatização – é caminhar em encontro a diferença da condição surda e da sua identidade. Os surdos não necessitam de correções médicas, eles precisam que tomemos conhecimento de quem eles são, de como vivem e como se constituem surdos.

## **Referências**

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Revista e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976> Acesso em: Ago. 2015.

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1985.

COLLIN, Peter H. **Dictionary of Ecology and environment**. Fourth edition. London, 2001.

DAVIS, Lenner. **Enforcing normaly: Dissability, dafiness, and the body**. New York: Verso, 1995.

GOÉS, Maria Cecília. R. **Linguagem, surdez e educação**. 2ª edição. Campinas: Autores Associados, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOPES, Maura Corcini. A natureza educável do surdo: a normalidade surda no espaço da escola de surdos. In: LOPES, Maura Corcini e THOMA, Adriana da Silva (Orgs.) **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

OMOTE, Sadão. **Perspectivas para conceituação de deficiências**. Revista Brasileira de Educação Especial, Maringá, v. 2, n. 4, p. 27-32, 1996.

PERLIN, Gladis. **Ser e estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2003.

\_\_\_\_\_. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez – um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SÁ, Nídia R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução: Laura Teixeira Motta. 5. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença In: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SKLIAR, Carlos. **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação. 1997.

\_\_\_\_\_. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez – um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para Excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. **Habitantes de Babel: a política e a poética da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz. T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.